



Número: **0824420-29.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIELA PATRICIA DOS SANTOS (AUTOR)		FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14149365	08/05/2018 18:37	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
14149376	08/05/2018 18:37	<a href="#">DPVAT - INICIAL - Daniela Patrícia dos Santos</a>	Documento de Comprovação
14149378	08/05/2018 18:37	<a href="#">DPVAT - Procuração - Daniela Patrícia dos Santos</a>	Procuração
14149382	08/05/2018 18:37	<a href="#">DPVAT - Documentos - Daniela Patrícia dos Santos</a>	Documento de Comprovação
14191532	14/05/2018 18:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
15996535	16/08/2018 16:59	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
16938621	02/10/2018 11:33	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
17234312	17/10/2018 14:29	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
17305132	21/10/2018 19:42	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
17676598	08/11/2018 16:22	<a href="#">Petição</a>	Petição
17676616	08/11/2018 16:22	<a href="#">0824420 - Petição - Não recolhe Imposto de Renda</a>	Documento de Comprovação
21202465	15/05/2019 18:01	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21233742	16/05/2019 15:10	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
21234237	16/05/2019 15:14	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
21300969	20/05/2019 13:27	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
21300971	20/05/2019 13:27	<a href="#">mapfre</a>	Diligência
22069536	17/06/2019 16:59	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
22100215	19/06/2019 09:40	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
22423916	03/07/2019 13:54	<a href="#">Decretar Revelia</a>	Petição

22423 919	03/07/2019 13:54	<a href="#">0824420 - Decretar Revelia</a>	Outros Documentos
22663 347	12/07/2019 10:00	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
36108 081	03/11/2020 14:29	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
36324 765	06/11/2020 05:59	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
36349 298	06/11/2020 12:40	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
36349 826	06/11/2020 12:40	<a href="#">Perito: DRA. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA</a>	Devolução de Mandado
36764 531	17/11/2020 20:03	<a href="#">medica perita Dra Rosana Bezerra</a>	Devolução de Mandado
36764 534	17/11/2020 20:03	<a href="#">rosana bezerra med perita, 0824420-29.2018.8.15.2001</a>	Devolução de Mandado
36973 615	23/11/2020 14:13	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
36974 782	23/11/2020 14:23	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
37454 494	03/12/2020 21:14	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
37454 497	03/12/2020 21:14	<a href="#">0824420-29.2018.815.2001 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA SA - 2V</a>	Devolução de Mandado

Anexo



**AO JUÍZO DE DIREITO DA  
\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PB**

**DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, técnica de enfermagem, portadora do RG nº 2.122.857 - 2ª via SSDS/PB e CPF nº 031.627.144-60, residente e domiciliada à Rua Desp. Celso Pereira Gomes, s/n, Mnaçabeira, João Pessoa - PB, CEP 58000-000, endereço eletrônico ([luara@fidelisadv.com](mailto:luara@fidelisadv.com)), por seus advogados subscritores, com endereço profissional à Rua Rodrigues de Aquino, 230, Centro, João Pessoa - PB, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO -  
DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com endereço à Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados:

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 230  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

**[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)**

**Maranhão**  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (98) 3082.7466

1/5



## 1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Consoante vaticina o artigo 98, da Lei 13.015/15, a Autora pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que sua situação econômica não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

## 2. DOS FATOS

No dia 03/01/2017, por volta das 20h00, a Autora foi vítima de acidente de trânsito enquanto trafegava como carona próximo ao Mercadinho da Família, bairro Mangabeira, em uma motocicleta de marca Honda/CG 150 TITAN ESD, cor preta e placa NQE8453/PB, nesta cidade.

Em decorrência do acidente de trânsito, foi resgatada pelo e encaminhada ao Complexo Hospitalar Governador Tarcísio Burity. No seu atendimento médico foi constatado que a Autora apresentava trauma em membro inferior direito.

A parte Promovente, em decorrência do acidente de trânsito ocorrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à FenSeg, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo recebido o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa a Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 230  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

---

**Maranhão**  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (98) 3082.7466

2/5



### 3. DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, a Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido enquanto próximo ao Mercadinho da Família, bairro Mangabeira, nesta cidade.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, a Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: prova do acidente de trânsito e o dano oriundo dele.

Sobre isso, a jurisprudência dominante, seguindo orientação do STJ:

**AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU-SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00025857920128150141, 3ª Câmara Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 27-10-2015) (grifo nosso)**

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 230  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

---

**Maranhão**  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (98) 3082.7466

3/5



APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74. O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014) (grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09 - QUANTUM PROPORCIONAL. Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor. Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do feito depender de conhecimento técnico. (TJ-MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015) (grifo nosso)

Desta feita, a parte Demandante, manejando o seu *jus postulanti*, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de Direito.

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 230  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

**Maranhão**  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (98) 3082.7466

4/5



#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a total **procedência** da ação, nos seguintes termos:

a) a **citação da empresa seguradora**, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, compareça na audiência de conciliação e apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de lhe ser decretada a sua revelia;

b) a **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que a Autora não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei 13.015/15;

c) **requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, § 4º, I, §5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica;**

d) a **condenação da Ré ao pagamento da indenização**, no valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), acrescidos de juros e correção monetária;

e) a condenação da Ré ao **recolhimento de custas** e **pagamento dos honorários advocatícios**, a critério deste douto Juízo;

f) que as **intimações** aos autores sejam feitas nas pessoas do seu procurador judiciais **Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho**, no endereço do timbre.

Protesta provar o alegado por todos os meios em Direito admitidos.

Dando-se à causa o valor de **R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Advoga deferimento.

João Pessoa, 08 de abril de 2018.

**Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho**  
**OAB/PB 14.839**

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 230  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

---

**Maranhão**  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (98) 3082.7466

5/5





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

### OUTORGANTE:

**DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, técnica de enfermagem, portadora do RG nº 2.122.857 - 2ª via SSDS/PB e CPF nº 031.627.144-60, residente e domiciliada à Rua Desp. Celso Pereira Gomes, s/n, Mnagabeira, João Pessoa - PB, CEP 58000-000

### OUTORGADO:

**FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 14.839 e **LUARA GABRIELLE ALVES DOS SANTOS FIDELIS**, brasileira, casada, OAB/PB 15.216, estabelecidos à Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro, João Pessoa - PB.

**PODERES:** a quem confere poderes com a cláusula *ad judicia* para, como seus advogados, representar o outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extrajudicialmente.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração confere aos outorgados poderes para, em nome do outorgante, confessar, negociar e transigir (art. 334, CPC), desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência, com base no artigo (art. 105, CPC).

**CONTRATO:** Concomitantemente com os poderes acima outorgados, o Outorgante aceita pagar aos advogados contratados honorários correspondentes a 30% (trinta por cento) do proveito econômico auferido pelo autor da ação (ou por composição amigável) apuradas em procedimento de execução, com as devidas atualizações até final pagamento, facultado aos advogados contratados requerer nos autos, que lhes sejam pagos diretamente os honorários a que lhe faz jus, por dedução da quantia a ser recebida pelo Constituinte, ora Contratante (art. 4º, Lei nº 8.906/94). Fornecimento de documentos e informações necessários ao bom e rápido andamento da ação, por conta do outorgante. As partes contratantes elegem o foro da cidade de João Pessoa - PB, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

João Pessoa, 08 de agosto de 2016.

*Daniela Patrícia dos Santos*

**OUTORGANTE**

Paraíba  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 55  
Centro, CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão  
São Luís  
Av. Colares Moreira, Nº 444, Sala 208-A  
Renascença II, CEP 65.075-441  
Tel.: (081) 3082.7446

1/1



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e do art. 9º, da Lei 11.103/15.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Daniela Patrícia dos Santos



**SINISTRO 3170471857 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** DANIELA PATRICIA DOS SANTOS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev  
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** DANIELA PATRICIA DOS SANTOS**CPF/CNPJ:** 03162714460**Posição em 19-10-2017 12:01:42**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na  
autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
13/09/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00315.01.2017.1.00.402**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00315.01.2017.1.00.402, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 06:33 horas do dia 17 de janeiro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Flagrantes de João Pessoa, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcelo de Medeiros Xavier Bion, comigo, Agente de Investigação do seu cargo, ao final assinado, compareceu **Daniela Patricia dos Santos**, CPF nº 031.627.144-60, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Técnica Enfermagem, filho(a) de Nazaré Maria dos Santos e Pai Não Declarado, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 08/06/1978 (38 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Celso Pereira Gomes, Nº 28, complemento LOTE 08 QUADRA 118, MANGABEIRA VIII, bairro Mangabeira, tendo como ponto de referência Proximo Ao Mercadinho da Família, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98815-8117.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Proximo Ao Mercadinho da Família, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira. Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc): Data/Hora: 03/01/17 20:00h. Tipificação: **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

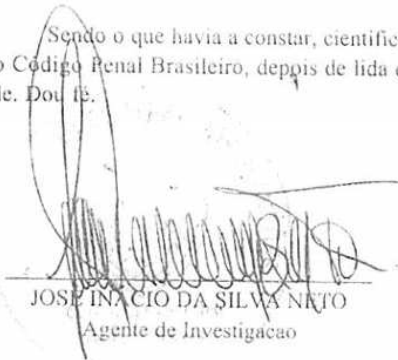
QUE NO DIA 03/01/2017, POR VOLTA DAS 20:00HS SOFREU UM ACIDENTE AUTOMOBILISTICO, QUANDO TRANSITAVA COMO GARUFA DA MOTOCICLETA HONDA/CG 150 TITAN ESD, DA CÔR PRETA, ANO 2012 DE PLACA NQE. 8453/PB, DE PROPRIEDADE DO SEU COMPANHEIRO O SENHOR ROMERO CAI MON LOPES MARACAJÁ, A MESMA FOI SOCORRIDA PARA O COMPLEXO HOSPITALAR TARCISIO DE MIRANDA BURITY, E APÓS RADIOGRÁFIAS, FOI CONFIRMADA FRATURAS DO TERCEIRO E QUARTO METATARSOS, FICANDO DE ATESTADO MEDICO POR 60 DIAS. FATO OCORRIDO NA RUA ENIRA PONTES DE LIMA OLIVEIRA, BAIRRO MANGABEIRA NESTA CAPITAL/PB.

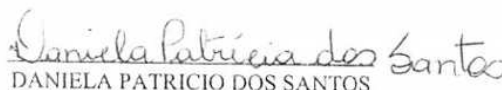
**ADENDO(S):**

Que na data 19/01/2017, na Central de Flagrantes de João Pessoa, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcelo de Medeiros Xavier Bion, compareceu o noticiante para realizar o seguinte adendo: O NOME DA NOTIFICANTE É DANIELA PATRICIA DOS SANTOS, E NÃO (DANIELA PATRICIO DOS SANTOS). Adendo registrado por: José Inácio da Silva Neto

Sendo o que havia a constar, cientifico o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, deppis de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de janeiro de 2017.

  
JOSE INACIO DA SILVA NETO  
Agente de Investigação

  
DANIELA PATRICIO DOS SANTOS  
Noticiante

Procedimento Policial: 00315.01.2017.1.00.402

1/1





## CERTIDÃO


Nº. 0604/2017

Atendendo solicitação de **DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha atendimento ambulatorial Nº 918828 e Prontuário Nº 2017.01.000278, pertencentes a requerente que foi atendida dia 03/01/2017 às 21h58min, vítima de queda de moto, com trauma em pé direito.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do metatarso direito. Indicado tratamento conservador. Medicada e liberada.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância em Saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 15 de Maio de 2017

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA

R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 08.202.434/0001-24

Ficha Nr: 918828

Atd: Nao Ser

Data: 03/01/2017

Hora: 21:58:29

Recepcionista: WILMA FERNANDES MC

Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS

Num. de vezes atendido: 1

CNS: SEM CNS Sexo: F IDENTIDADE: 2122857 Fone: 988158117

Num. Prontuario: 2017.01.000278

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 08/06/1978 Id: 38 ano(s)

End.: RUA CELSO PEREIRA GOMES, 28C DO SUS 704106134195878

Bairro: MANGABEIRA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai:

Mae: NAZARE MARIA DOS SANTOS

Ocupação: TECNICO DE ENFERMAGEM (CURSO SUPERIOR

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS

Tel/Doc. Responsavel: 938158117 / IDENTIDADE: 2122857

Procedencia: BAIRRO MANGABEIRA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO AS 19:00 HS

Vitima de violencia por: NAO

[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA:

PA:

PC:

PC:

Peso:

Altura:

Glicemia:

IMC:

Circ. Abd:

Q24:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[X] Aparentemente Bem [ ] Grave

[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao

[ ] Hemorragia [ ] Dispneia

[ ] Diarreia [ ] Agitado

[ ] Regular [ ] Chocado

[ ] Vomito

Observacao

Queixa Principal

Trauma no pé (P)

WILMA MARIA DA NEBRAGA  
Rec. de Enfermagem  
CURSO 09/07/2011

nao e alergica

Historia - Exame Fisico - (para do atendimento medico)

Paciente com trauma no pé direito

Diagnostico

fratura do pé direito

Prescrição

Horario da medicacao

Medicacao: 100mg de Paracetamol  
Ordem de Traumatologia  
TCOT 6803 - GRM 4309  
Rua da Joazeiro, 100 - Joazeiro, PB



-----  
Data e Hora : PRESCRICAO (assinatura e carimbo)  
-----

-----  
ANOTACOES DA ENFERMAGEM  
-----

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evaluacao

-----  
Assinatura da Enfermagem  
-----

Reservado p/ liberaçao

PROCEDIMENTO REALIZADO

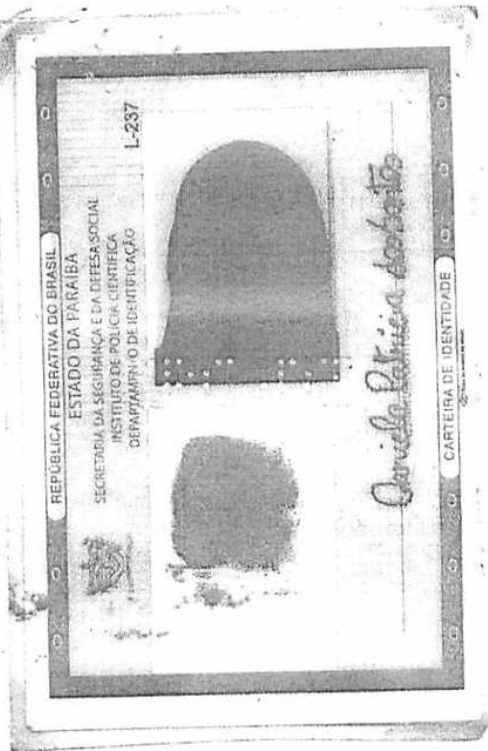
-----  
DESTINO DO PACIENTE  
-----

☐ Residencia      ☐ Transferido      ☐ Desistencia      ☐ UTI  
☐ Alta a pedido      ☐ Enfermaria      Obito: ☐ Atestado      ☐ SVO      ☐ IML

-----  
Assinatura do Paciente/Responsavel  
-----

Assinatura e Carimbo do Medico  
-----









**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO  
**MATRÍCULA**

**66810051**

**REFERENCIA**

**MAI/2017**

**CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS**

**DANIELA PATRICIA DOS SANT**  
**RUA DESP CELSO PEREIRA GOMES S/N**

**MANGABEIRA**

**58000-000**

**JOAO PESSOA**

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.85.505.0258	0	1	0	0	0	69336091
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A99X063088	29/01/2000	2	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
1410	1415	5	32	19/06/2017		
HIST. DE CONS./ANOR		LEIT.	QUALID. DA AGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.			
NOV/2016	8	0	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
DEZ/2016	6	0	COL.TOTAIS	294	291	291
JAN/2017	5	0	COL.TERMOT	0	0	0
FEV/2017	5	0	CLORO	294	291	291
MAR/2017	5	0	TURBIDEZ	294	291	290
ABR/2017	4	0	COR	77	113	113
MEDIA(M)	6		DADOS REFERENTES A:MAR/2017			

DATA DA LEITURA: 22/05/2017

HORA DA LEITURA: 12:40:29

DESCRIÇÃO

	CONSUMO	VL ÁGUA	VL ESGOTO	TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10	36,84		R\$36,84

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$3,41 PIS E COFINS: LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

Total a Pagar:

02/06/2017

R\$36,84

v. 16.11 R. 1.0



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: NORMAL

POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)

EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.

INFORMACOES GERAIS:

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DEBITO AUTOMATICO.



**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRÍCULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
66810051	MAI/2017	02/06/2017	R\$36,84

32630000000-5 36840010826-3 68100510520-7 17000000002-7



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0824420-29.2018.8.15.2001**

A parte autora requereu a gratuidade de justiça.

Nos termos do § 2º do art. 99 do NCPC, intime a parte promovente para, no prazo de dez dias, juntar aos autos documentos que comprovem a necessidade do benefício processual (contracheque, declaração de imposto de renda etc.), bem como, que junte aos autos uma guia com os cálculos das custas obtida no site do TJPB, para fim de análise comparativa da sua renda auferida com o valor das custas processuais.

João Pessoa, 10 de maio de 2018.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**

**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0824420-29.2018.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	(7)
A s s u n t o :	[ S E G U R O ]		
Polo ativo:	AUTOR:	DANIELA PATRICIA DOS SANTOS	
Polo passivo:	RÉU:	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	

### CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte autora.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 16 de agosto de 2018  
SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Cível da Capital**

**PROCESSO Nº 0824420-29.2018.8.15.2001**

**DESPACHO**

Intime a parte autora, pessoalmente, para se pronunciar nos presentes autos, no **prazo de cinco dias**, sob pena de extinção da presente ação nos moldes do artigo 485, III e §6º., do CPC.

Aguarde-se os autos em cartório, após certifique-se e nova conclusão.

João Pessoa, 2 de outubro de 2018.

**JUIZ GUSTAVO PROCÓPIO BANDEIRA DE MELO**

**2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
2ª Vara Cível da Capital**

Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

**AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS**

**Endereço: Rua Celso Pereira Gomes\_\*\*, sn, Mangabeira, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-450**

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, MANDA ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME a parte autora, **DANIELA PATRICIA DOS SANTOS, Endereço: Rua Celso Pereira Gomes\_\*\*, sn, Mangabeira, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58059-450**, a fim de se pronunciar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

DESPACHO: Intime a parte autora, pessoalmente, para se pronunciar nos presentes autos, no **prazo de cinco dias**, sob pena de extinção da presente ação nos moldes do artigo 485, III e §6º., do CPC.

JOÃO PESSOA, 17 de outubro de 2018

JOSE ALBERTO DE ALBUQUERQUE MELO

Chefe de Cartório

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:





## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que deixei de cumprir o presente mandado em virtude de não localizar a parte mencionada, DANIELA PATRICIA DOS SANTOS, por não mais residir no endereço informado conforme informações do Sr José Ivo Pereira dos santos, que reside na localidade. Dou fé.

JOÃO PESSOA

21 de outubro de 2018

GIVALDO MACEDO TOSCANO DE BRITO



Anexo





**AO JUÍZO DE DIREITO DA  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

Ref. Proc. 0824420-29.2018.8.15.2001

**DANIELA PATRÍCIA DOS SANTOS**, por seus advogados subscritores, vem a este douto juízo informar que não exerce qualquer atividade remunerada, e não declara imposto de renda, dada sua parca condição financeira.

Advoga deferimento.

João Pessoa, 8 de novembro de 2018

Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho  
**Advogado - OAB/PB 14.839**

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro  
CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

**Maranhão**  
São Luís  
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro  
CEP 65010-250  
Tel.: (98) 3082.7466

1/1





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0824420-29.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual requerida.

Certifique se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada. Em caso positivo, voltem os autos conclusos.

Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera.

Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC.

P.I.

João Pessoa, 15 de maio de 2019.

J u í z a d e D i r e i t o  
2ª Vara Cível da Capital





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0824420-29.2018.8.15.2001	
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	CÍVEL	(7)
Assunto:		[ S E G U R O ]		
Polo ativo:	AUTOR:	DANIELA	PATRICIA	DOS SANTOS
Polo passivo:	RÉU:	MAPFRE	VERA CRUZ	SEGURADORA S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que realizei pesquisa nos sites do PJe, SISCOM e no site do Tribunal de Justiça e verifiquei que não existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

JOÃO PESSOA, 16 de maio de 2019  
NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001**  
**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]**

**AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS**

**R É U :                    M A P F R E                    V E R A                    C R U Z                    S E G U R A D O R A                    S / A**  
**Avenida    Presidente   Epitácio   Pessoa\_\*\*, 723,   Estados,   JOÃO   PESSOA   -   PB   -   CEP:   58030-000**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias. Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

DESPACHO: Vistos, etc. Defiro a gratuidade processual requerida. Certifique se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada. Em caso positivo, voltem os autos conclusos. Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPMEC. P.L.

JOÃO PESSOA, 16 de maio de 2019

NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>**  
**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18050818371635500000013814001**



## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

20 de maio de 2019

ERIVONEIDE LOURENCO GOMES





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

**MANDADO DE CITAÇÃO**

Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS  
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 723, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, CITAR a parte promovida, por todo o conteúdo do presente processo eletrônico para, querendo, contestar no prazo de 15 dias. Ciente de que, deixando de contestar, será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 344, CPC).

DESPACHO: Vistos, etc. Defiro a gratuidade processual requerida. Certifique-se se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada. Em caso positivo, voltem os autos conclusos. Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera. Diante disso, determino que a parte promovida seja de logo citada, protraindo-se a aplicação do art. 334 do CPC para o momento em que for possível a realização de perícia na vítima ou em que haja algum mutirão realizado pelo NUPEMEC. P.I.

JOÃO PESSOA, 16 de maio de 2019

NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18050818371635500000013814001



Assinado eletronicamente por: NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO

16/05/2019 15:14:40

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 21234237



19051615143850600000020642240

Imprimir

MAPFRE Seguros  
Lilian Almeida  
Emissão: 17-05-19  
Tel. (82) 3241-1339

17-05-19  
11:40







Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0824420-29.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ S E G U R O ]  
Polo ativo: AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS  
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo, sem apresentação de contestação pela parte promovida.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 17 de junho de 2019  
SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0824420-29.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para falar sobre a certidão constante no id. 22069536, em 10 (dez) dias, e, na oportunidade, requerer o que de direito.

P. I.

João Pessoa/PB, 18 de junho de 2019.

**Juíza de Direito**  
**2ª Vara Cível da Capital**



Anexo



**AO JUÍZO DE DIREITO DA  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

Ref. Proc. 0824420-29.2018.8.15.2001

**BERGSON BENTO RODRIGUES**, por seu advogado subscritor, vem a este douto Juízo requerer informar que, regularmente citada (**ID 21300969**) a Promovida deixou escoar o prazo para defesa, conforme certificado por esta Unidade Judiciária (**ID 22069536 - Certidão**), motivo pelo qual requer o Autor a decretação da Revelia da Seguradora-Ré (art. 344, CPC).

Desta forma, requer o Autor a procedência da ação, nos termos da Exordial.

Advoga deferimento.

João Pessoa, 3 de julho de 2019.

Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho  
**Advogado - OAB/PB 14.839**

---

**Paraíba**  
João Pessoa  
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro  
CEP 58.013-030  
Tel.: (83) 3566.3006

[fidelis@fidelisadv.com](mailto:fidelis@fidelisadv.com)

---

**Maranhão**  
São Luís  
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro  
CEP 65010-250  
Tel.: (98) 3082.7466

1/1





**Poder Judiciário da Paraíba**  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0824420-29.2018.8.15.2001 [SEGURO]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**CERTIDÃO**

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 12 de julho de 2019

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0824420-29.2018.8.15.2001

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Infere-se dos autos que, regularmente citado, o demandado não apresentou defesa, conforme certificou a escrivania judicial, ID 22069536.

A presunção de veracidade, contudo, não conduz, necessariamente, ao imediato juízo de procedência das pretensões iniciais, já que a presunção fática derivada da revelia é de caráter relativo, podendo ser contrariada pelo material probatório constante dos autos, inclusive, do próprio juízo exauriente acerca dos fatos constitutivos ou de seus efeitos descritos na inicial.

In casu, não exsurge dos autos elementos para aferir o grau de invalidez, sendo necessária a realização de prova pericial.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. RECURSO PROVIDO. A indenização do seguro obrigatório DPVAT deve ser paga de forma proporcional à graduação da invalidez, nos termos da Lei n. 6.194 /74 e da Súmula 344 do STJ. A revelia não obsta a análise da matéria de direito e, portanto, não induz necessariamente a procedência do pedido formulado pela parte autora. Necessidade de realização de perícia para averiguação da alegada invalidez. ( TJMG Apelação Cível 1.0481.16.010643-3/001, Relator(a): Des.(a) Amorim Siqueira,Data de Julgamento: 02/07/2019, Data da publicação da súmula:18/07/2019)

Assim,DECRETO a REVELIA, por força do disposto no art. 344 do CPC, sem aplicar os seus efeitos, pela incidência do disposto no art. 345, inc. IV, da lei processual civil.

Nomeio perita médica Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva, Rua Sílvio Almeida, nº 725 – Expedicionários, nesta Capital, para funcionar nos autos como perito judicial, havendo de ser intimado(a), pessoalmente, para dizer se aceita o encargo, em 05 (cinco) dias.

Fixo os honorários do perito, no valor de R\$ 250,00, por analogia ao termo do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, firmado pelo Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, a serem pagos nos termos da Resolução 09/2017 da Presidência do TJPB, uma vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e o réu é revel.

Ainda, em cumprimento ao disposto no art. 465 do CPC, intemem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias:



- I – Arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;
- II – Indicar assistente técnico;
- III – Apresentar quesitos.

JOÃO PESSOA, 03 de novembro de 2020.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**(83)3208-2465**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PERITO**

**Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001**  
**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]**

**AUTOR: AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS**

**REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, INTIMAR o Perito: **Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, por todo o conteúdo do despacho abaixo transcrito.  
Despacho:

**Nomeio perita médica Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva, Rua Sílvia Almeida, nº 725 – Expedicionários, nesta Capital, para funcionar nos autos como perito judicial, havendo de ser intimado(a), pessoalmente, para dizer se aceita o encargo, em 05 (cinco) dias.**

**Fixo os honorários do perito, no valor de R\$ 250,00, por analogia ao termo do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, firmado pelo Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, a serem pagos nos termos da Resolução 09/2017 da Presidência do TJPB, uma vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e o réu é revel.**

JOÃO PESSOA, 6 de novembro de 2020

NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO  
Técnico Judiciário



## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que DEVOLVO o mandado para fins de REDISTRIBUIÇÃO, por verificar, após a impressão, que o endereço contido no mesmo, Rua Sílvia Almeida, 275, Expedicionários, não pertence a zona a qual participo. Dou fé.

João Pessoa-PB, 06 de novembro de 2020

**EDVAN GOMES DA SILVA**

Oficial de Justiça





Successfully created



Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
(83)3208-2465

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PERITO**

Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS  
REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital. MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, INTIMAR o Perito: **Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, por todo o conteúdo do despacho abaixo transcrito.  
Despacho:

Nomeio perita médica **Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, Rua Sílvia Almeida, nº 725 – Expedicionários, nesta Capital, para funcionar nos autos como perito judicial, havendo de ser intimado(a), pessoalmente, para dizer se aceita o encargo, em 05 (cinco) dias.

Fixo os honorários do perito, no valor de R\$ 250,00, por analogia ao termo do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, firmado pelo Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, a serem pagos nos termos da Resolução 09/2017 da Presidência do TJPB, uma vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e o réu é revel.

JOÃO PESSOA, 6 de novembro de 2020

NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO  
Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: **NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO**

06/11/2020 05:59:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **36324765**



20110605590747900000034680890

imprimir

06/11/2020



## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao presente mandado, me dirigi ao endereço indicado, e lá estando, INTIMEI a medica perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, ocasião em que após a leitura do mandado, foi exarado o ciente e entregue a contrafé. O referido é verdade e dou fé.





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
(83)3208-2465

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PERITO**

Nº DO PROCESSO: 0824420-29.2018.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS  
REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Capital, MANDA ao oficial de justiça a quem este for entregue, INTIMAR o Perito: **Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, por todo o conteúdo do despacho abaixo transcrito.  
Despacho:

Nomeio perita médica **Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva**, Rua Sílvia Almeida, nº 725 – Expedicionários, nesta Capital, para funcionar nos autos como perito judicial, havendo de ser intimado(a), pessoalmente, para dizer se aceita o encargo, em 05 (cinco) dias.

Fixo os honorários do perito, no valor de R\$ 250,00, por analogia ao termo do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, firmado pelo Tribunal de Justiça deste Estado e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, a serem pagos nos termos da Resolução 09/2017 da Presidência do TJPB, uma vez que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e o réu é revel.

JOÃO PESSOA, 6 de novembro de 2020

NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO  
Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: **NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO**

06/11/2020 05:59:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pjc/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 36324765



20110605590747900000034680890

imprimir

*Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva*  
12.11.2020





Poder Judiciário da Paraíba  
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0824420-29.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ Seguro ]  
Polo ativo: AUTOR: DANIELA PATRICIA DOS SANTOS  
Polo passivo: REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não houve o cumprimento da determinação constante da Decisão ID 36108081, no tocante a intimação da parte promovida para recolher os honorários periciais.

Certifico, ainda, que, nesta data, vem esta serventia promover a intimação do promovido para recolher o valor dos honorários periciais, bem como para que tome conhecimento dos demais termos da Decisão ID 36108081.

Certifico, finalmente, que, ante o equívoco desta serventia em proceder a intimação da perita antes do recolhimento dos honorários, vem esta serventia excluir a petição da perita ID 36798750, deixando para proceder a nova intimação para designação de data para pericia quando do recolhimento dos honorários.

JOÃO PESSOA, 23 de novembro de 2020  
INALDO JOSE PAIVA NETO





**2ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**()**

Nº do processo: 0824420-29.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)**

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, com Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa\_\*\*, 723, - até 1145 - lado ímpar, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para promover o recolhimento dos honorários periciais, nos termos do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, bem como para que tome conhecimento dos demais termos da Decisão ID 36108081, em anexo.

JOÃO PESSOA, em 23 de novembro de 2020.

De ordem, **INALDO JOSE PAIVA NETO**  
Mat.477.365-9



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao presente mandado, me dirigi ao endereço ali indicado, e aí sendo, **INTIMEI a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de seu funcionário, Sr. Lucas S. Espínola, que ficou ciente de todo o conteúdo do mandado, momento em que assinou o mandado, recebendo a cópia do mesmo.

Diante do exposto, devolvo o presente mandado ao Cartório para os devidos fins.

João Pessoa, 03 de dezembro de 2020.

Roseanne Carneiro dos Santos Caldas

Oficiala de Justiça - Mat. 470.676-5



Successfully created



2ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

Nº do processo: 0824420-29.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

### MANDADO DE INTIMAÇÃO (RÉU)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, com Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa \*\*, 723, - até 1145 - lado ímpar, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para promover o recolhimento dos honorários periciais, nos termos do Termo de Cooperação Técnica n.º 015/2020, bem como para que tome conhecimento dos demais termos da Decisão ID 36108081, em anexo.

JOÃO PESSOA, em 23 de novembro de 2020.

De ordem, **INALDO JOSE PAIVA NETO**  
Mat.477.365-9



Assinado eletronicamente por: INALDO JOSE PAIVA NETO

23/11/2020 14:23:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 36974782



20112314230663300000035288608

imprimir

MAPFRE SEGUROS  
Lucas S. Espínola  
Assistente Comercial

24/11/2020

